

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos nossa intenção de recurso contra nossa desclassificação, razões que apresentaremos em nossa peça recursal referente aos documentos de habilitação, e a fim de impedir a ocorrência de danos ao erário e valorizar a economicidade e vantajosidade da proposta.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

AO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE/BA
SEÇÃO DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

INTEROP INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 86.703.337/0001-80, estabelecida na Rua General João Manoel, 50 – 5º andar, Bairro Centro, CEP 90.010-030, Porto Alegre/RS, por seu representante legal, vêm apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO contra sua DESCLASSIFICAÇÃO, no certame do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 pelos seguintes motivos fáticos aduzidos neste recurso.

1. PRELIMINARES:

Cabe em grau preliminar destacar que a manifestação motivada com intenção de recurso fora aceita e suas razões apresentadas de acordo com o edital; assim, neste pregão eletrônico, cumpre-se os parâmetros temporais estabelecidos no próprio Edital de convocação.

Diante do exposto, conclui-se, que o prazo para apresentação da presente manifestação de recurso consubstancia a regularidade temporal, posto que, preenchido o requisito temporal, inserto no instrumento convocatório.

2. DOS FATOS – inabilitação da melhor proposta por excesso de formalismo:

INTEROP INFORMÁTICA LTDA apresenta recurso contra sua desclassificação, pautada nos argumentos de que se sagrou vencedora na competição e que a apresentação dos documentos para atendimento ao item (11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, subitens a.1 e a.5) não atenderia as exigências do edital é excesso de rigor para a desclassificação de empresa idônea, além de motivo frágil para fracassar um processo licitatório que foi atendido pela InterOp, empresa com excelência na prestação de serviços ao Governo; assim, a InterOp além de ter ofertado proposta muito competitiva, cuja oferta está sensivelmente abaixo dos valores dos próximos classificados, traz vantagem econômica muito vantajosa aos cofres públicos.

Pelo exposto, com base as disposições da Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019 e 8.538/2015, Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, Resolução/TSE nº 23.234/2010, Portaria nº 4/2016 da Diretoria Geral do TRE-BA e pelas condições constantes neste Edital, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e a Instrução Normativa/MPOG/SLTI nº 05/2017 RECORREMOS E PEDIMOS que as razões recursais sejam integralmente atendidas, pois não beneficiam apenas a Recorrente, mas o Erário, visto que o excesso de formalismo aqui aplicado pelo Ente Público não trará vantagens que venham lastrear o objeto a ser contratado.

"A licitação é um fenômeno da Administração Pública, sendo eficaz quando contribui para a concretização de seus postulados básicos e princípios constitucionalmente garantidos. Deve haver, assim, gestão de forma horizontal, e não vertical, quando o assunto são recursos públicos. Nesse sentido, a Administração não pode escudar-se por argumentos de que segue procedimento legal ou editalício para repelir pleitos procedentes dos administrados, tendo em vista os ditames do gerenciamento razoável e de operacionalização da lei, afastando a inépcia pública." REVISTA DO TCU 105, Maria Cecília Mendes Borges (grifamos)

A Recorrente trouxe aos autos do certame comprovações técnicas e econômicas da INTEGRAL capacidade de manutenção da proposição ofertada e por análise e definição do contratante sobre a forma de gestão operacional da licitante InterOp, veio a contratante desclassificar a Recorrente InterOp pautada na justificativa de que esta não teria comprovado requisitos que facilmente podem ser, se dúvidas permaneceram, aclarados em diligência, ou em provas de conceito; assim, a justificativa de recusa da classificação da InterOp por ausência de atendimento aos requisitos técnicos não condiz com a realidade dos fatos, frustrando o erário de ter na Proposta da InterOp a melhor oferta técnico-comercial.

A Recorrente InterOp COMPROVOU ATENDER A TODAS AS FASES do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 por sua capacidade técnica integralmente compliance com a exigência e similaridade do objeto e o compromisso já assumido de acatar as regras do Certame. A Recorrente InterOp atendeu globalmente o edital, trouxe seus documentos em conformidade com os requisitos legais, econômicos, fiscais e técnicos para acolher as exigências do TRE/BA.

Todo e qualquer protocolo de contratação pública sempre deve considerar o respeito ao regramento pátrio, proteção as minorias e legislações de ordem fiscal, econômica, trabalhista, previdenciárias e afins, e NESTE CASO TODOS OS DOCUMENTOS apresentados pela Recorrente InterOp FORAM APRESENTADOS EM CONFORMIDADE COM O OBJETO DO EDITAL; não é aceitável que a contratante ultrapasse os limites da livre concorrência e deixe de utilizar em favor do erário e da isonomia protocolos do processo edita lício, ou seja, saneamento de informações via diligência, ainda mais quando a mesma demonstra e consolida no descritivo de sua operação informando e comprovando robustez técnica e capacidade de atendimento ao Certame.

Em tempo, cabe apontar, se a Contratante ainda possui dúvidas quanto a condição técnica da Recorrente que utilize o protocolo adequado, ou seja, que tivesse diligenciado a vida pregressa da Recorrente InterOp bem como a qualidade técnica de seus profissionais, ou ainda questionado como seria a estratégia de atendimento as necessidade técnicas do TRE/BA e poderia sim averiguar que a mesma possui conduta ilibada tanto com o Ente Público quanto o Privado, zelando por sua boa conduta e cumprindo com todos os ônus de suas operações comerciais e de ordem de proteção aos trabalhadores, MAIS DE 300 PROFISSIONAIS VINCULADOS AS SUAS OPERAÇÕES SENDO LASTREADAS POR QUASE 30 ANOS DE VIDA EMPRESARIAL. Com base em todos os elementos acima relatados, propõe-se que seja HABILITADA a empresa INTEROP, por ser o processo Licitatório a forma legal de tratar os participantes de forma isonômica, trazendo ao Pregão a melhor proposta comercial e técnica que atenda aos requisitos necessários ao bom andamento do serviço ao Ente Público, podemos citar os serviços já contratados junto a TRF4ª Região, TRE SC, TRE RJ, TJRS, Polícia Civil RS, SEFAZ-RS, TRT4ª Região, Procergs, Corsan, CEEE, Procempa, FIERGS, CGTEE, AGCO, DataCentrics, Grendene S/A, ... entre outros tantos.

Importante ressaltar que, à luz do "Caput" do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, bem como de legislação infraconstitucional, que norteiam todos os atos administrativos e, inclusive os procedimentos licitatórios, que os atos de todo agente ou gestor público devem seguir e respeitar o devido processo legal, a impessoalidade, a moralidade, publicidade e eficiência, proporcionando à coletividade a transparência, a isonomia, ampliação da credibilidade e concorrência quanto à administração do patrimônio público, princípios estes que exigem do agente público fazer cumprir as exigências editalícias, ATOS EFETIVADOS NA HABILITAÇÃO DA INTEROP pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021.

Adequado que o Contratante possa conceder nova oportunidade para apresentação de documentos e as estratégias que equivaleria a outorgar ao melhor classificado esse benefício. Isto é, há na condição de licitação deserta acolhimento justificado para a flexibilização na avaliação do requisito técnico, considerando as questões que levaram ao fracasso, pode o Pregoeiro avaliara conveniência e oportunidade quanto a aplicação do §3º do Art.48 da Lei nº 8.666/93, que na interpretação jurisprudencial se dá com a volta a fase (aceitação ou habilitação), sendo o prazo oferecido na remarcação da nova sessão (ata complementar). A classificação das propostas retornará a sua forma original (ninguém aceito e ninguém habilitado), podendo assim, renovar-se os trabalhos de aceitação ou habilitação da empresa InterOp, à medida que, o TRE/BA aceitar a Equipe de Profissionais da InterOp como formadora de requisito para atendimento de necessidade técnica editalícia, afinal, há um seletor time de técnico com capacitação e know-how que pode ser lastreado por validação junto a inúmeros Órgãos Governamentais e Privados, já citados anteriormente.

A Recorrente possui condições técnicas e econômicas para fornecimento, além de ter ofertado a melhor proposta, ECONOMICA AO ERARIO DE APROXIMADAMENTE 21%, economizando significativa monta econômica aos já escoimados cofres públicos;

Criteriosa e adequada foi a análise inicial apresentada pela Douta Comissão de Licitações do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA no que tange aceitação dos documentos da INTEROP, habilitando-a, uma vez que, seguiu com critérios lícitos e observação precisa na avaliação de cada item do certame, prazo e forma de conteúdo dos documentos trazidos aos autos deste Pregão para o processo seletivo do certame. Por obvio que a análise preliminar da Douta Comissão foi embasada no entendimento da capacidade da InterOp para atender as demandas técnicas do TRE-BA; Todavia, a exigência de aplicação de extremo formalismo apresentado no Recurso das demais concorrentes, as quais nem mesmo detinham condições mínimas para suas habilitações, requereram a Comissão Julgadora do TRE-BA pela INABILITAÇÃO DA RECORRENTE INTEROP.

Em tempo, cabe informar que a competição do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021 trouxe ao processo licitatório outros concorrentes, restando a Recorrente InterOp, após seleção habilitatória, classificada em 1º lugar, com a MELHOR PROPOSTA proporcionando ao Erário uma economia de aproximadamente 21%, do valor estimado.

Com os recursos impetrados pelas demais concorrentes (incapazes técnica mente de atender ao objeto do certame) de certa forma, aliado ao comportamento dos sistemas sociotécnicos e políticos destinatários, não primaram pela praticidade e simplicidade, de certo com fins alheios aos da nobreza da licitação.

Reiteramos que VANTAJOSIDADE pela redução de 21% no orçamento de R\$4.587.364,50 em favor do Contratante, ou seja, Proposta InterOp está por R\$3.619.841,10.

Causa tamanha estranheza, utilizar como argumento para pedido de desclassificação da INTEROP o apontamento de que esta deve ser desclassificada porque não teria comprovado a capacidade técnica profissional (...ausência de documentos essenciais...). No entanto, para que se efetive o ato de razoer, informamos que O ITEM APONTADO PELA RECORRENTE NÃO CONDIZ COM A VERDADE DOS FATOS, o que será esclarecido a seguir, pois equivocada a interpretação de que a InterOp teria no item 11.1.7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL: apresentado falhas. Vejamos o que dispõe o item:

"11.1.7.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL:

a.1) 01 profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas;

a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior."

2.1. Quanto a exigência do item 11.1.7.2 - a.1) 01 (um) profissional com certificação PMP, devendo ser comprovado por meio da apresentação de Certificação PMP (Project Management Professional) emitida pelo PMI (Project Management Institute) ou MBA em Gerência de Projetos ou curso de pós-graduação em gerenciamento de projetos lato sensu com duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas.

(**imagens e-mail) Thiago Pacheco da Silva - PROJECT MANAGEMENT PROFISSIONAL (PMP) Atauhalpa Pierrie Bulling - MBA's:

MBA EM TECNOLOGIA PARA NEGÓCIOS AI, DATA SCIENCE E BIG DATA; MBA EM LIDERANÇA e MBA EXECUTIVO EM

ADMINISTRAÇÃO GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.

<https://pmisp.org.br/exame-pmp-sera-alterado-somente-em-janeiro-de-2021/>

O PMI está comprometido com a segurança e o bem-estar de nossa comunidade global. Nossa Força-Tarefa de Crise está monitorando a situação decorrente do coronavírus (COVID-19) diariamente. Estamos tomando medidas adicionais para garantir a segurança de nossos clientes e atender às suas necessidades. Como resultado, tomamos as seguintes decisões importantes:

Estendendo o atual exame PMP® para 31 de dezembro de 2020 e adiando o lançamento do novo exame PMP® até 2 de janeiro de 2021;

Considerando o OBJETO do presente Certame, bem como o disposto nas exigências de qualificação técnica profissional, entende-se que há "EXCESSO DE APONTAMENTOS" ou ainda, um forçoso modo de "QUESTIONAR/COLOCAR EM DUVIDA" as qualificações da Recorrente, DIRECIONANDO os documentos apresentados a uma interpretação e análise técnica rumo a uma vertente equivocada, assim, cabe apontar, que a Contratante IGNORA A SILMILARIDADE QUE O PROCESSO LICITATORIO PRECONIZA, PAUTADO PELAS DECISOES DO TCU e assim, em nada corrobora para o andamento e validação da melhor aquisição de serviços ao erário.

Cabe apontar que o profissional Thiago Pacheco da Silva – PMP atendeu o requisito, visto que o contratante não aceitou a comprovação do profissional embasado em vencimento de prazo de prova que a Instituição PMI convencionou, mas em momento alguma tal exigência pra versão ou validade fora apontada e justificada como necessária as qualificadoras pra contratação objeto do Edital PE Nº 29/2021. A título de informação faz-se adequado observar que a Instituição Certificadora PMI também postergou os prazos de novas provas de Certificação para PMP, fundamentado no Caos Universal provocado pela Pandemia de Covid-19.

Assim, imperioso validar que a exigência do Certame para este item no formato aqui apontado fora sim atendida na sua integralidade, à medida que, além de Profissional PMP, também apresentou a Concorrente Profissional com 3 (três) formações MBA em TIC, o que resta comprovada sua evidente capacidade de Corpo Técnico Operacional.

2.2. Quanto a exigência do item 11.1.7.2 – a.5) 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior.

O TRE-BA inabilitou a Recorrente com a seguinte justificativa para o item a.5, supra:

"...a INTEROP também não atendeu o requisito mínimo exigido no item a.5, no qual é exigido a apresentação de, no mínimo, 01 (um) profissional com certificação CCNP ou superior. Contudo, é facilmente verificável que a recorrida apresentou uma certificação inferior à exigida no processo, tendo em vista que apresentou certificação Cisco Certified Entry Networking Technician."

Trazemos à baila o título do Certificado do Profissional da InterOp – Christian Soares, que consta – CCNP switch ... CISCO, como já apresentado nos autos. O que pensou o Contratante quanto efetuou a leitura de tal documento? Como excluir do certame empresa que trouxe sim a comprovação exigida para a devida habilitação? Que outra tradução vem disposta no Edital e seu TR que seja traduzida de modo diferente do que está no item a.5 (certificação CCNP)? Como pôde o TRE-BA efetuar leitura distinta do Certificado da InterOp que qualifica o técnico em CISCO NETWORKING ACADEMY – CCNP?

Certificação CCNP

(**imagens e-mail)CHRISTIAN POLI SOARES - CCNP SWITCH:IMPLEMENTING IP SWITCHING

Ocorre que a evidência de tal análise inadequada para os itens a.1 e a.5 efetuado pelo TREBA, na melhor análise do ocorrido, demonstra um excesso de formalismo, como podemos ter aclarado em julgado aqui apresentado. Vejamos:

"No julgamento da REO 199801000912418/AC (DJ 21-11-02, p. 82), relatada pelo Juiz Federal Carlos Alberto Simões de Tomaz, convocado para a Terceira Turma Suplementar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, foi reconhecida a ilegalidade de inabilitação de licitante por descumprimento de exigência editalícia, sob o fundamento de que se tratou de excesso de formalismo, sendo parte de sua ementa: "andou mal a Comissão (de Licitação) ao inabilitá-la ao fundamento de que a certidão foi expedida pelo representante do órgão e não em nome do próprio órgão. A jurisprudência tem desprezado rigorismos formais exacerbados no julgamento de processos licitatórios." (grifamos)

Na listagem de comprovação de capacidade técnica profissional TRE BA deixou sim de destacar os pontos que convergem em favor da demonstração explícita que a Recorrente InterOp possui ampla capacidade de ofertar ao Ente Público serviços de acordo com o objeto licitado.

Também deixou o TREBA de observar que os requisitos a.1 e a.5 nem mesmo são qualificadoras que integram os requisitos para os cargos listados para profissionais pré-definidos na listagem de equipe remoto ou presencial que atenderá o TREBA. Vejamos na listagem, que o requisito individual para as Certificações PMP e CCNP exigidas no Certame são para as funções parte do edital e não as de maior volume nos dos Perfis Técnicos abaixo listados (Anexo A).

"Atendente de Equipe Especializada I – Atendimento Remoto ao Usuário

Supervisor de Equipe Especializada I – Atendimento Remoto ao Usuário

Atendente de Equipe Especializada II – Atendimento Presencial ao Usuário

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada III – Serviços Microsoft

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada IV – Serviços de Banco de Dados

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada V – Redes Locais, Metropolitanas e de Longa Distância

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada VI – Apoio a Processos de Segurança da Informação

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada VII – Sistemas Operacionais e Orquestração de Servidores

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada VIII – Suporte e Operação de Sistemas e Aplicações

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada IX – Apoio ao Gerenciamento de Identidades

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada X – Serviço de Backup e Armazenamento de Dados

Líder Técnico Equipes II a X

Analista de Suporte em 3º Nível - Equipe especializada XI – Monitoramento de Redes, Serviços e Aplicações”

O cumprimento de tais requisitos apontados e questionados pela Contratante ESTÁ EQUIVOCADO; assim, evidente que os profissionais possuem plena condição de formação exigida, bem como capacidade prática para atender ao objeto do Certame (...empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ...).

Portanto, resta observar, que mais uma vez, as informações contidas nos documentos da InterOp trazem, de forma fidedigna, a verdade dos fatos, as quais denotam sim o positivo lastro técnico da InterOp em “serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC”, requisito técnico EXIGIDO e, que fundamenta a contratação do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, vindo detalhado e com especificidades também comprovados pela RECORRENTE INTEROP, por meio capacidade técnica profissional declarada em atestados/declarações já apontadas e validadas pelo Contratante.

Importante apontar que dentre os documentos apresentados pela InterOp, está EXPLICITA a comprovação das exigências do Certame:

“...Declaração de que dispõem de pessoal técnico capacitado para a execução dos serviços e declaração de que atendem a todos os requisitos de infraestrutura da Central de Serviços e o provimento, às suas expensas, de ambiente adequado à implantação da CENTRAL, a partir do qual serão realizadas as atividades de atendimento e suporte técnico de 1º nível e demais serviços. ”

Caso exista por parte do Contratante TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA ou demais concorrentes necessidade de elucidar fatos aqui apontados e já informados no momento exigido para habilitação da InterOp, possui a Comissão de Licitações lastro para o retorno a fase documental para que faça aclarar alguma dúvida, que ainda não tenha sido plenamente explicada nestas razões.

Conforme o professor de Direito Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, as regras emanadas pelo TCU e pela Lei nº 8.666/1993 são aplicadas subsidiariamente ao pregão, conforme prevê o art. 9º da Lei nº 10.520/2002. Caso o pregoeiro ou a comissão de licitação tenha dúvidas em relação aos documentos poderá realizar diligências conforme o § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993.

Assim, a motivação para a habilitação da INTEROP está sim, adequada e respeitando integralmente, os preceitos do edital.

Frente ao exposto, a manifestação do Estado, da autoridade, através da máquina administrativa, vai encontrar seus limites dentro do próprio Estado de Direito. A atuação da Administração deve garantir, dentro dos limites legais e na própria existência do Estado de Direito, a igualdade entre os cidadãos. Assim, devem ser considerados os argumentos trazidos ao processo licitatório pela Recorrida INTEROP, no intuito, de aclarar e desconstruir as alegações da Contratante; assim, recorremos com os apontamentos de pedido de inabilitação da Recorrente, visto que a InterOp demonstrou em tempo hábil todos os itens exigidos no Certame.

Com base em todos os elementos acima relatados, propõe-se que seja HABILITADA a empresa INTEROP, por ser o processo Licitatório a forma legal de tratar os participantes de forma isonômica, trazendo ao Pregão a melhor proposta comercial e que atenda aos requisitos de ordem técnica necessárias ao bom andamento do serviço ao Ente Público.

3. DO DIREITO - RAZÕES

Antes de tudo, cumpre esclarecer que a ora RECORRENTE INTEROP É DETENTORA DE CAPACIDADE TÉCNICA, com inúmeros clientes em todo o Brasil, estando certa e segura da contribuição técnica que oferecerá ao CONTRATANTE e, assim se insurge, e demonstra todo seu inconformismo em relação a sua INABILITAÇÃO.

“A licitação pública destina-se, conforme dispõe o art. 3º da Lei no 8.666/1993, a garantir que a proposta mais vantajosa seja selecionada pela Administração. Essa seleção deve ser julgada em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Durante a seleção, a comissão de licitação deverá ter cautela para não infringir os princípios licitatórios.

Nesse sentido, é preciso EVITAR OS FORMALISMOS EXCESSIVOS E INJUSTIFICADOS A FIM DE IMPEDIR A OCORRÊNCIA DE DANOS AO ERÁRIO E VALORIZAR A ECONOMICIDADE E VANTAJOSIDADE DA PROPOSTA.

O Tribunal de Contas da União – TCU posiciona-se veementemente contra o excesso de formalismo:

As exigências para o fim de habilitação devem ser compatíveis com o objeto da licitação, evitando-se o formalismo desnecessário.”

Grifamos

https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/Noticias/FormalismoExcessivoNasLicitacoesPublicas_380/

Considerando que a QUALIFICAÇÃO DO FORNECEDOR FAZ PARTE DO PROCESSO de seleção da melhor oferta, demonstramos aqui que não temos interesse em procrastinar o processo licitatório, mas sim torná-lo lícito e competitivo, entregando ao Contratante serviços de reconhecida qualidade técnica e, que condigam com a real necessidade do Contratante e dos Requisitos do Processo Editalício, neste exigidos.

Para Meirelles (1994, p. 247) :

“Licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. ” (Grifamos)

Os critérios objetivos previstos nas normas legais de aferição dos documentos exigidos para esta fase do Certame, previstos no instrumento convocatório, foram cumpridos pela Recorrida;

"É pacífico o entendimento do Tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas nas propostas, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à Comissão Julgadora promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame (Lei 8.666/1993, art. 43, §3º). É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: "atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei". Acórdão 3.340/2015 – Plenário; grifamos

"...as exigências de qualificação técnica, sejam elas de caráter técnico profissional ou técnico operacional, portanto, não devem ser desarrazoadas a ponto de comprometer a natureza de competição que deve permear os processos licitatórios realizados pela Administração Pública. Devem constituir tão somente garantia mínima suficiente para que o futuro contratado demonstre, previamente, capacidade para cumprir as obrigações contratuais..." TCU – parecer Ministro Benjamin Zymler; grifamos

Não cabe a inabilitação de licitante, nem mesmo dar a licitação por DESERTA, visto que a 1ª colocada possui condições técnicas para atendimento ao edital, bastando que a análise do Pregoeiro seja pautada no disposto no §3º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93 (...a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas...), além da possibilidade de aclarar qualquer dúvida conforme dispõe o art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93. (Acórdão 2873/2014 –Plenário).

"O Tribunal Regional Federal da 4ª Região também considerou que a forma de apresentação das propostas, exigida no edital, não deve ser encarada com excesso de formalismo por parte da Comissão de Licitações, pois a atitude exacerbada desta teria culminado com a exclusão de licitante que possa oferecer condições mais vantajosas na execução do objeto licitado, conforme REO 9973/PR (DJU 19-4- 00), relatada pelo Juiz Hermes S. da Conceição Jr., da 4ª Turma." (grifamos)

"Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 48. Serão desclassificadas:

§ 3º Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998) "1.

Em síntese, é possível a aplicação subsidiária da regra prevista no art. 48, § 3º da Lei nº 8.666/93 nas licitações processadas pela modalidade pregão, quando todos os licitantes forem desclassificados, ou quando todos forem inabilitados, podendo participar da repetição apenas os participantes da fase respectiva.

Parece-nos, então, que TAL MEDIDA ESTÁ EM CONSONÂNCIA COM OS PRÓPRIOS OBJETIVOS DA MODALIDADE PREGÃO, reconhecido por sua celeridade e economia tanto processual quanto material. Pois bem, como se sabe, o art. 9º da Lei nº 10.520/02 (lei que institui o pregão) determina a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 ao pregão. A utilização subsidiária depende da conformação sistemática de ambas as normas, ou seja, é o mesmo que dizer que a Lei Geral de Licitação se aplica ao pregão naquilo em que couber.

"O art. 30 da Lei nº 8.666/1993 (BRASIL, 1993) estabelece um rol taxativo referente à documentação que pode ser exigida para comprovação da qualificação técnica. Desse modo, não pode a Administração criar hipóteses nele não previstas, sob pena de incidir na vedação legal do art. 3º da lei em comento, conforme ensinamentos de Ronny Charles (TORRES, 2010, p. 179). O dispositivo legal determina que:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

...

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior OU OUTRO DEVIDAMENTE RECONHECIDO PELA ENTIDADE COMPETENTE, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;" grifamos

Este dispositivo tem como objetivo "resgatar" uma licitação potencialmente fracassada, em razão da exclusão de todos os licitantes, por meio da oportunização de apresentação de documentação regularizada, sem os vícios que causaram a inabilitação ou desclassificação no primeiro momento.

Plenamente cabível a aplicação do art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93 na modalidade pregão, pois, além de ser possível conformá-lo à sistemática dessa modalidade de licitação, também corrobora com os princípios da celeridade e economicidade tão presentes e perseguidos nesse tipo de processo concorrential.

A RECORRENTE INTEROP cumpriu os requisitos exigidos, à medida que, em tempo hábil para habilitação, regra editalícia, conseguiu demonstrar que possui de capacidade técnica para atender ao objeto do edital, bem como itens do Termo de Referência e Anexos, conforme o Contratante exigiu para a participação no processo seletivo do Ente Público e caso tenha o TRE/BA necessidade de sanar alguma dúvida, obscuridade ou mesmos pra mera validação do que fora apontado pelo Pregoeiro, a Recorrida sempre se mostrou disponível para trazer aos autos do Certame qualquer informação quanto a operação estratégica que utilizou para atender de modo legal e adequado a competição.

Evidente que documentos foram apresentados, talvez na intenção de uma análise literal tenha deixado a Contratante (TRE/BA) de suprir o que não ficou claro no momento da análise técnica, porém suprir requisitos que irão contribuir na seleção da melhor proposta ao Ente Público tem nos art. 48, § 3º e 43, § 3º, 8.666/93 lastro.

Cabe apontar, que o processo licitatório, diz que empresas que possuem condições de cumprir as exigências editalícias estão aptas a disputar o processo seletivo, ou seja, o princípio da isonomia deve aplicar-se de modo a retirar desta fase SOMENTE empresas que não possuem qualidade para concorrer ao objeto deste edital, por isso fica evidente que as informações e estratégias apresentadas pela empresa INTEROP tendem o requisito do edital, podendo ainda serem ainda mais diligenciados para ampliação do processo licitatório.

Para o TCU "...É IRREGULAR A INABILITAÇÃO DE LICITANTE EM RAZÃO DE AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO EXIGIDA PELO EDITAL, QUANDO A DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE CONTIVER DE MANEIRA IMPLÍCITA O ELEMENTO SUPOSTAMENTE FALTANTE e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93; (Acórdão 1795/2015 –Plenário)".

"Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e ESTA AUTORIZADO A ESCOIMAR TAIS REQUISITOS A FIM DE NÃO PREJUDICAR AO ERARIO, uma vez que, a continuidade do processo leva ao fracasso da licitação, trazendo ao ente público prejuízos econômico, além do alargamento do prazo em que deixa de ter a sua disposição serviços tecnológicos importantes para a manutenção qualificada da máquina pública. Confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração"(art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 –Plenário).

Frente ao exposto, entendemos que as exigências edilícias contidas nos atestados apresentados pela Recorrente InterOp comprovam sua capacidade técnica e o Pregoeiro tem total condição legal para efetuar a retomada dos requisitos, flexibilizando a análise a fim de escoimar o prejuízo que poderá trazer quando do possível fracasso do Certame, pois assim retomando a fase e oportunizando a aceitação da proposta e condição técnica ofertada pela InterOp promovera a contratação da melhor oferta ao Ente Público.

4. DO REQUERIMENTO

Isto posto REQUER seja JULGADO PROCEDENTE INTEGRALMENTE o RECURSO ADMINISTRATIVO da empresa INTEROP, a fim de, reformar a decisão da Douta Comissão de Licitações, voltando a fase e CLASSIFICANDO/HABILITANDO a empresa RECORRENTE, pois cumpriu os requisitos habilitatórios, bem como seja dado prosseguimento ao Certame, embasado no disposto no art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e na revisão da aplicação excessivamente formal, que não traz ao Erário vantagens.

Em tempo, tomamos a liberdade de trazer aos autos nosso ainda esperançoso pensamento de que todos nós trabalhamos para construir um País onde as Leis sejam respeitadas e as punições aplicadas. Como forma de JUSTIÇA em favor da livre concorrência e vinculação ao instrumento convocatório, cabe ainda argumentar que a Recorrente em momento algum age com intuito de procrastinar o certame, mas sim, elucidar fatos importantes para a Administração Pública em prol da melhor oferta e economia ao Erário.

"Com a burocratização do processo, bons licitantes são afastados, a concretização da vantajosidade é dificultada, a isonomia é abalada, pelo que se deve sempre perquirir da relevância de cada exigência para a contratação e para a prestação do objeto da licitação em si, tendo em vista a parcela da sociedade a que se dirige e o ordenamento jurídico em que se insere. A vantajosidade, que deve ser o critério presente de forma constante no procedimento licitatório, acarreta a irrelevância do puro e simples formalismo." REVISTA DO TCU 105, p.98, Maria Cecília Mendes Borges.

Nestes termos, pede e espera deferimento

Porto Alegre, 22/11/2021.

Sócrates Slongo
Sócio diretor

Cristia Luceiro
OABRS 62.604
negocios@interop.com.br

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

ILMO. SR. PREGOEIRO OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021

SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA. ("SOLUTIS" ou "Recorrida"), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1.186, Edf. Catabas Center, Sala 802, CEP 41.820-020, Salvador – BA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.023.465/0001-47, por seu procurador infra firmado, vem, tempestiva e respeitosamente, com fulcro no item 11.1 do edital e demais normas aplicáveis vigentes, apresentar as suas CONTRARRAZÕES ao Recurso Administrativo interposto pela INTEROP INFORMÁTICA LTDA. ("INTEROP"), esperando e requerendo que V. Sa., manifestando-se pelo seu improvimento, mantenha a decisão que declarou a SOLUTIS vencedora do certame, ou, assim não entendendo, que remeta o processo para autoridade superior, a fim de que esta constate a exequibilidade da proposta apresentada pela Recorrida no âmbito do processo licitatório em referência.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Salvador (BA), 25 de Novembro de 2021.

SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA.
Marco Césare Braga Pereira – OAB/BA nº 41.295

ILMO. SR. PREGOEIRO OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2021

RAZÕES DA RECORRIDA

- I -
ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

01. Trata-se de licitação promovida pelo TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA ("TRE-BA"), na modalidade de pregão eletrônico do tipo menor preço ("Pregão Eletrônico"), com vistas à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de "suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia".

02. Em recurso administrativo, a licitante INTEROP manifestou discordância com a sua desclassificação, aduzindo em poucas palavras que sua habilitação técnica seria supostamente compatível com as exigências editalícias, o que não configura a verdade dos fatos.

03. Com efeito, o i. Pregoeiro, baseado em parecer técnico exarado pelo setor demandante da contratação, opinou pela desclassificação da empresa por não atender o disposto nas alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2, elementos que tratam da capacidade técnico-profissional.

04. Forçoso lembrar que TODOS os temas trazidos pela INTEROP na sua atual peça recursal já foram apresentados em sede de contrarrazões, portanto a presente irresignação constitui apenas mais uma tentativa, certamente infrutífera, de modificar a decisão proferida pelo i. Pregoeiro com base em análises técnicas da área demandante.

05. Assim, a INTEROP não apresenta argumentos concretos que comprovem atendimento aos requisitos de qualificação técnica exigidos no edital, tratando-se as razões recursais, em verdade, de um conjunto de especulações infundadas, sem o condão de provocar a revogação da decisão que desclassificou a empresa.

06. Não merece, portanto, prosperar o recurso administrativo interposto pela concorrente INTEROP, uma vez que sua proposta apresentava erros e vícios, não estando de acordo com as exigências editalícias.

- II -
MÉRITO

07. A Recorrente apresenta inicialmente o frágil argumento de que teria havido excesso de rigor para sua desclassificação, colocando sua condição de "empresa idônea" como elemento decisório, que possui mais de 300 profissionais e que também seria um motivo frágil para o processo licitatório ter fracassado.

08. Com a máxima vênia, o conceito de "empresa idônea" não se restringe a Recorrente. A SOLUTIS, conforme pode ser visto na sua documentação de habilitação, bem como outras milhares de empresas, possuem o perfil de empresa idônea, estando apta a participar e lograr êxito em processos licitatórios. Ser uma empresa idônea é pré-requisito para participar da licitação, apenas isso.

09. Ter 300 profissionais não habilita a empresa, constitui pura retórica. A SOLUTIS, por exemplo, possui mais de 800 funcionários, contratos com diversos órgãos da Administração Pública, mas isso não a distingue das demais licitantes no processo quando se trata de comprovação técnica. Reiterando, pura retórica.

10. Quanto ao fracasso da licitação, ele ocorreu exatamente pela lisura do processo e dos atos da Administração

Pública, em especial do i. Pregoeiro e da equipe técnica da área demandante. O tal "motivo frágil" aludido na peça da Recorrente constitui para o TRE-BA o respeito ao instrumento convocatório e todos princípios que norteiam o serviço público de qualidade.

11. Em relação ao valor apresentado, usando as mesmas palavras da Recorrente, a oferta está "sensivelmente" abaixo dos valores dos próximos classificados. Não seria fora de propósito imaginar que, no lugar de preço baixo, a proposta da INTEROP esteja mais próxima da inexequibilidade.

12. Definitivamente a Recorrente NÃO TROUXE aos autos do certame comprovações técnicas que fossem aderentes ao edital e insiste pela segunda vez nesse mesmo tema, mesmo após decisão do TRE-BA. Chega a solicitar a realização de novas diligências ou prova de conceito para dirimir eventuais dúvidas.

13. A Recorrente esquece, ou talvez finge esquecer, que o i. Pregoeiro, de forma altamente diligente, concedeu prazo para que a mesma enviasse documentação complementar objetivando o saneamento das inconsistências informadas, mas que ainda assim não conseguiu comprovar o disposto nas alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2, tendo validado apenas a alínea "a.2".

14. Como visto, o i. Pregoeiro agiu de acordo com as normas jurídicas vigentes, inclusive as que foram citadas pela INTEROP em sua peça. Quando a Recorrente ressalta que a Administração Pública deve respeitar a CF88 e a legislação infraconstitucional, está apenas confirmando que o TRE-BA agiu de acordo com o devido processo legal, que obriga o gestor público a atuar no limite do descrito no Instrumento Convocatório.

15. Como as exigências contidas nas alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2 não foram atendidas, nem com a documentação original nem com os documentos acostados em tempo de diligência, a decisão pela desclassificação da Recorrente é indiscutível.

16. Parece que a Recorrente entende que o processo licitatório é infinito, que perdura por um longo período. Seus questionamentos já haviam sido apresentados anteriormente e agora tenta novamente. O i. Pregoeiro realizou diligências tentando sanear o processo e a INTEROP reitera que seja dada nova oportunidade para apresentação de documentos. Ora, quando acaba esse processo?

17. A primeira análise da documentação foi taxada pela Recorrente como criteriosa e adequada, ao passo que a segunda que a desclassificou estaria associada a um excesso de formalismo. Estranha essa comparação, pois a análise mais detalhada, portanto criteriosa, aconteceu exatamente quando da análise do recurso da LANLINK, quando se constatou que algumas exigências editalícias não haviam sido comprovadas.

18. Aduz a Recorrente que as demais concorrentes não detinham condições mínimas para suas habilitações e que seriam incapazes tecnicamente de atender ao objeto do certame. Parece que aqui reside um certo conhecimento em "futuologia" por parte da INTEROP, ou quem sabe um excesso de presunção. A SOLUTIS fala por si e garante possuir capacidade técnica suficiente para executar os serviços propostos pelo TRE-BA dentro dos padrões exigidos, não são meras e rasteiras palavras que vão minimizar a qualidade dos seus serviços.

19. Entremos agora nas questões técnicas que já foram analisadas pela área técnica do TRE-BA, mas que a INTEROP insiste mais um vez em tentar justificar.

20. A Recorrente busca validar o certificado PMP do seu funcionário Thiago Pacheco da Silva utilizando vários argumentos, todos eles absurdos, vazios e insustentáveis. Relembrando, a área técnica informa que a certificação apresentada estava INVÁLIDA, pois o prazo de validade do documento havia expirado em 10/12/2019, ANTES MESMO DO ADVENTO DA PANDEMIA DA COVID-19.

21. Como primeira tentativa, a INTEROP apresenta uma publicação do PMI São Paulo informando novas datas de realização de exames. Percebam que não está sendo atribuída uma nova vigência automática para o certificado do colaborador Thiago Pacheco da Silva, a informação é apenas acerca da nova data do exame, ressaltando que o mesmo é feito remotamente sem a necessidade de comparecimento presencial.

22. Ora, se o colaborador deixou de renovar seu certificado ainda no ano de 2019, o ônus deve recair exclusivamente no profissional e/ou na INTEROP. Querer associar o vencimento do certificado ao momento de pandemia que o mundo vive é abusar demais da ingenuidade dos demais licitantes.

23. Aduz também a Recorrente que não havia exigência para validade da certificação. Senhores, tal afirmativa é inusitada. Seguindo essa lógica, o TRE-BA deveria classificar a empresa que apresentasse certidão de falência vencida, regularidade fiscal vencida e regularidade trabalhista vencida, pois o edital não exigiu que tais documentos deveriam estar vigentes à época da licitação, nem precisava. Documento não vigente é documento nulo.

24. Não há que se falar em ilegalidade, abusividade ou excesso de formalismo do ato que inabilitou a Recorrente, pois ao apresentar o certificado do colaborador Thiago Pacheco da Silva vencido há mais de um ano, assumiu todo o risco de uma possível desclassificação. Segue decisão nessa linha:

"Ao prosseguir no certame, ciente das exigências editalícias e das decisões impostas, o recorrente assumiu o risco dos seus atos, não podendo imputar ao Poder Público a culpa por eventual descumprimento dos requisitos no edital licitatório (STJ AgRg no RMS 48186/MG, Relator Ministro Rogério Schietti Cruz, 6ª Turma, julgado em 16/02/2016, DJe 25/02/2016)"

25. A área técnica demandante, ao analisar os documentos recebidos em tempo de diligência, corretamente desconsiderou a certificação CCNP SWITCH que foi apresentada pela Recorrente, exatamente por não ser tecnicamente compatível com a exigida em edital.

26. A INTEROP tenta utilizar como pano de fundo para justificar o risco que correu com a apresentação de documentos não aderentes ao edital, argumentos subjetivos de que os requisitos solicitados nas alíneas "a.1" e

"a.5" não seriam qualificadores que integrariam os requisitos para os cargos dos profissionais.

27. Em primeiro lugar não se discute que são exigências obrigatórias, portanto as licitantes devem comprovar, sob pena de desclassificação. Se houvesse algo fora do contexto deveria ter sido discutido com a apresentação de questionamentos ou impugnações. Passada essa etapa constitui apenas descontentamento por parte de quem não apresentou.

28. Em segundo lugar, qual o embasamento objetivo da Recorrente quando diz que não são qualificadoras que integram os requisitos dos cargos para os profissionais ? O TRE-BA informou em algum momento que não existiria relação das exigências com os serviços ? Parece que não, isso demonstra apenas consequência da irresignação da licitante.

29. Outro elemento que a INTEROP coloca para tentar validar sua documentação é a declaração que dispõe de pessoal técnico capacitado. Na verdade, diante da falta de comprovação das alíneas "a.1" e "a.5" da condição 11.1.7.2, não seria leviano afirmar que a declaração acima descrita carece de veracidade, sujeitando o infrator às penas disciplinares que regem os processos licitatórios.

30. Em resumo, as decisões do i. Pregoeiro estão completamente aderentes ao processo, visto que foram tomadas conforme determina o edital e sem qualquer espaço para subjetivismos. Incurreria o mesmo em grave e insanável erro se avaliasse a documentação válida.

31. Diante do exposto, resta demonstrado a correta desclassificação da Recorrente, , devendo ser mantida a decisão.

- III - CONCLUSÕES

32. Diante de tudo exposto, a SOLUTIS requer que sejam acolhidas as presentes contrarrazões para que seja julgado improcedente o recurso administrativo interposto pela INTEROP, mantendo a decisão que desclassificou a Recorrente e declarou o processo fracassado.

33. Por fim, requer, caso assim não entenda, remeta o processo para autoridade superior, a fim de que esta constate a regularidade dos atos praticados no âmbito do processo licitatório em referência.

Nestes termos,
Pede deferimento,

Salvador (BA), 25 de Novembro de 2021.

SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA.
Marco Césare Braga Pereira – OAB/BA nº 41.295

Fechar